

DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2229v33n1e27653>

Maria Fiuza da Rocha e a Escola Normal de Ouro Preto (MG): caminhos que se entrelaçam (1872-1915)

Maria Fiuza da Rocha and the Normal School of Ouro Preto (MG): intertwined paths (1872-1915)

Maria Fiuza da Rocha y la Escuela Normal de Ouro Preto (MG): caminos que se entrelazan (1872-1915)

Jumara Seraphim Pedruzzi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0000-1292>

Resumo: O artigo tem como finalidade apresentar aspectos da trajetória estudantil, pessoal e profissional de Maria José Fiuza da Rocha, bem como a sua relação com a Escola Normal de Ouro Preto, primeira instituição de formação de professores primários criada em Minas Gerais. O recorte temporal compreende a entrada da jovem no curso normal, em 1872, até as últimas informações localizadas sobre ela nas fontes, em 1915. O trabalho possui como referencial teórico autores que discorrem a respeito do processo de feminização do magistério no Brasil e das trajetórias de vida. Metodologicamente, utiliza-se da perspectiva onomástica de Ginzburg e Poni (1991), com base em um conjunto variado de fontes como: registros escolares, documentos da administração pública, almanaques e jornais mineiros. A partir da análise das fontes foi possível observar a intrínseca relação entre Maria Fiuza e a Escola Normal, em que as trajetórias de ambas se entrelaçam, sendo a normalista componente da primeira turma de formandos do sexo feminino da instituição e também uma das primeiras mulheres a fazer parte de seu corpo docente. A trajetória de Maria Fiuza também se caracteriza pela sua participação em irmandades religiosas e a sua atuação no movimento abolicionista ouropretano. Pioneira em vários aspectos, enfrentou desafios ao longo da carreira e resistiu em um contexto histórico no qual a participação feminina fora da esfera doméstica ainda era vista com desconfiança por setores conservadores da sociedade.

Palavras-chave: escola normal; feminização do magistério; trajetórias de vida; Maria Fiuza da Rocha.

Abstract: The purpose of this article is to present aspects of Maria José Fiuza da Rocha's academic, personal, and professional path, as well as her relationship with the Escola Normal de Ouro Preto, the first institution for training primary school teachers created in Minas Gerais. The time period covered ranges from the young woman's entry into the normal course in 1872 to the latest information found about her in the sources in 1915. The theoretical framework of this study draws on authors who discuss the feminization of teaching in Brazil and life paths. Methodologically, it uses the onomastic perspective of Ginzburg and Poni (1991), based on a variety of sources such as school records, public administration documents, almanacs, and newspapers from Minas Gerais. From the analysis of the sources, it was possible to observe the intrinsic relationship between Maria Fiuza and the Escola Normal, in which the stories of both are intertwined, as she was a member of the institution's first class of female graduates and also one of the first women to be part of its teaching staff. Maria Fiuza's path is also characterized by her participation in religious sisterhoods and her involvement in the abolitionist movement in Ouro Preto. A pioneer in many ways, she faced challenges throughout her career and persevered in a historical context in which women's participation outside the domestic sphere was still seen with suspicion by conservative sectors of society.

Keywords: normal school; the feminization of teaching; life paths; Maria Fiuza da Rocha.

Resumen: El presente artículo tiene como finalidad presentar algunos aspectos de la trayectoria estudiantil, personal y profesional de María José Fiuza da Rocha, así como su relación con la Escuela

1



Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Normal de Ouro Preto, primeira instituição de formação de mestros para o nível primário criada em Minas Gerais. O recorte temporal compreende desde a entrada de la jovem al curso normal, em 1872, hasta los últimos datos localizados en las fuentes sobre ella, em 1915. O trabalho tiene como referencias teóricas a autores que abordan el proceso de feminización del magisterio em Brasil y las trayectorias de vida. Metodológicamente, se utiliza la perspectiva onomástica de Ginzburg y Poni (1991), teniendo como base un conjunto variado de fuentes: registros escolares, documentos de la administración pública, almanaques y periódicos mineros. A partir del análisis de las fuentes fue posible observar la intrínseca relación entre María Fiuza y la Escuela Normal, cuyas trayectorias se entrelazan, siendo la normalista integrante de la primera clase de aspirantes a graduados del sexo femenino de la institución y también una de las primeras mujeres em ser parte de su cuerpo docente. La trayectoria de María Fiuza también se caracteriza por su participación em confraternidades religiosas y su actuación em el movimiento abolicionista de Ouro Preto. Pionera em varios aspectos, enfrentó desafíos a lo largo de su carrera y resistió em un contexto histórico em el que la participación femenina fuera de la esfera doméstica era vista con desconfianza por sectores conservadores de la sociedad.

Palabras clave: escuela normal; feminización del magisterio; trayectorias de vida; Maria Fiuza da Rocha.

1 Introdução

As primeiras escolas normais de formação de professores primários no Brasil foram estabelecidas ainda na década de 1830¹. A Escola Normal de Ouro Preto (ENOP)² foi criada em meio a este contexto, especificamente no ano de 1835, entrando em funcionamento cinco anos depois, na então capital da província de Minas Gerais, a cidade de Ouro Preto³. Entretanto, como era recorrente no país na época, a instituição passou por momentos descontínuos de atividade, com fechamentos e reaberturas ao longo do século XIX⁴.

Foi na sua terceira fase de funcionamento, iniciada em 1872, que a ENOP passou a receber, mais sistematicamente, estudantes do sexo feminino em seu corpo discente, entre elas, Maria José Fiuza da Rocha⁵. Depois de se formar pela instituição, a normalista passou a atuar nela como docente, permanecendo neste posto até a sua

¹ A primeira Escola Normal a entrar em funcionamento no Brasil foi a de Niterói, no Rio de Janeiro, em 1835. Conforme Villela (1992), a sua criação foi idealizada pelo grupo político dos conservadores após o Ato Adicional de 1834, que concedia autonomia administrativa às províncias. Ainda segundo a autora, inicialmente a instituição, que tinha como objetivo a habilitação de professores primários, estava mais voltada para a formação moral e religiosa dos docentes, e também para os métodos de ensino, do que propriamente para os conteúdos a serem ministrados.

² Ao longo do artigo, para se referir à Escola Normal de Ouro Preto, será utilizada a abreviatura “ENOP”.

³ Ouro Preto foi a capital de Minas Gerais até o ano de 1897. Após esse período, a capital mineira foi transferida para a recém-criada cidade de Belo Horizonte, em 12 de dezembro daquele ano.

⁴ Como expõe Tanuri (2000), em linhas gerais, as primeiras escolas normais brasileiras passaram por extinções e restabelecimentos, até se consolidarem como instituições formadoras, já nas décadas finais do século XIX.

⁵ O Nome de Maria Fiuza aparece de diferentes formas ao longo das fontes analisadas: Maria Fiuza da Rocha, Maria Fiusa da Rocha, Maria José Fiuza da Rocha, Maria José Fiusa da Rocha, Maria Fiusa da Rocha e Oliveira, Maria Fiusa de Oliveira, Maria José Fiusa de Oliveira e Maria José Fiusa da Rocha e Oliveira. Optou-se, neste trabalho, em utilizar a sua grafia mais recorrente, qual seja: Maria José Fiuza da Rocha.

aposentadoria em 1891. Dessa forma, o estudo objetiva apresentar aspectos da trajetória estudantil, pessoal e profissional de Maria Fiuza da Rocha e a sua relação com a ENOP, onde as trajetórias de ambas se entrelaçam, em meio ao contexto de feminização das escolas normais e do magistério primário no Brasil.⁶

Como referencial teórico, o artigo se baseia em estudos que discorrem sobre o processo de feminização do magistério nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX no país. De acordo com Louro (2004), as mulheres passaram a ingressar em maior número no magistério primário por duas razões principais: ou por necessidades financeiras ou para ampliar o seu universo intelectual, tão restrito àquela época. Vidal e Carvalho (2001) relembram, por sua vez, que não foi somente a inserção feminina na docência que auxiliou no seu processo de feminização, mas também as novas características atribuídas à profissão, como paciência e afetividade, que eram consideradas tipicamente femininas no período. Já Freire (2011) enfatiza que essa participação não foi inteiramente pacífica e que encontrou várias resistências, na medida em que se acreditava que o trabalho da mulher fora do ambiente doméstico poderia trazer riscos e destruir a família. Questionava-se, também, as capacidades intelectuais femininas para o desempenho do ofício. Portanto, mais do que uma concessão masculina, o magistério feminino foi uma conquista das mulheres após muitas lutas e reivindicações.

Este trabalho também se apoia em autores que tratam da temática das trajetórias de vida. Para Bourdieu (1996), uma trajetória é formada por uma série de posições ocupadas sucessivamente pelos sujeitos. Assim, segundo o autor, não é possível compreender uma trajetória sem entender o seu contexto social e os vários agentes que fazem parte dela. De forma semelhante, Le Goff (1999) afirma que o indivíduo só existe em meio a uma rede diversificada de relações. Logo, para a reconstrução de uma trajetória faz-se necessário o conhecimento da sociedade na qual ela está inserida.

Por fim, do ponto de vista metodológico, o nome foi central para reconstruir a trajetória da professora Maria José Fiuza da Rocha. Neste sentido, embasando-se nos

⁶ O artigo tem origem em dados coletados para uma Tese de Doutorado que objetivou compreender como se deu a construção da docência para as moças que se formaram pela Escola Normal de Ouro Preto (ENOP), Minas Gerais, no período de 1877 a 1889. Ao longo do levantamento das fontes para a Tese, observou-se a constante presença do nome de Maria Fiuza nos documentos referentes à ENOP, o que motivou a busca por mais detalhes sobre a sua trajetória (estudantil, profissional e pessoal) e sobre os elementos que permearam a sua longínqua e intensa relação com a instituição.

pressupostos trazidos por Ginzburg e Poni (1991), o nome foi aqui utilizado como “fio condutor” na busca de informações sobre a normalista e o seu universo social. As fontes incluem documentos produzidos pela ENOP, como correspondências, atas, mapas e listas, além de registros da administração pública de Minas Gerais: livros de matrícula de professores e Relatórios de Presidentes da Província na Assembleia Legislativa Provincial. Foram consultados, ainda, jornais, anuários e almanaques mineiros da época.

2 O processo de feminização da Escola Normal de Ouro Preto

De acordo com Castanha (2008), as décadas de 1840 e 1850 foram primordiais para a ampliação das discussões a respeito da importância de se estabelecerem escolas normais para a formação de professores no Brasil. Nesse contexto, Tanuri (2000) explica que coube às províncias as primeiras tentativas efetivas a esse respeito, uma vez que após o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, elas passaram a ser as responsáveis pelos ensinos primário e secundário, enquanto ao governo imperial ficou reservado o ensino na Corte e o superior. Foi em meio a este contexto que se criou a Escola Normal de Ouro Preto, na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais.

A ENOP foi instituída pelo artigo 7º da Lei provincial nº 13, de 28 de março de 1835 (Minas Gerais, 1835). Entretanto, só veio a funcionar efetivamente no ano de 1840. Esteve em atividade por dois anos e fechou as suas portas em seguida, terminando assim a sua primeira fase. A segunda experiência teve início no ano de 1847, por meio da Lei nº 311 de 8 de abril de 1846 (Minas Gerais, 1846). Funcionou por mais cinco anos, encerrando seus trabalhos novamente em 1852.

Em seus primeiros anos de funcionamento, o curso normal da cidade de Ouro Preto tinha a duração média de dois meses e era destinado, quase sempre, a professores que já atuavam no magistério. Tinha como finalidade, entre outras, formar os mestres das primeiras letras para os métodos de ensino mais em voga no período, e no que diz respeito a conhecimentos básicos, que compreendiam, em linhas gerais: as quatro operações da aritmética, leitura e escrita, doutrina cristã e valores morais. A maior parte dos indivíduos que frequentava o curso, neste período, era do sexo masculino, sendo raras as mulheres matriculadas (Gouvêa; Rosa, 2000).

A partir de sua segunda interrupção em 1852, a ENOP ficaria fechada por longos vinte anos. Apesar da inatividade, as discussões sobre a importância do restabelecimento da escola foram intensas no âmbito da administração pública de Minas Gerais no período. Assim, já no final dos anos 1850, o assunto voltaria a aparecer nas discussões da Assembleia Legislativa Provincial e na década seguinte essas discussões se intensificariam, culminando com o projeto de reestruturação da ENOP na década de 1870 (Pedruzzi, 2016).

Conforme aponta Tanuri (2000), nos anos finais da década de 1860 e iniciais de 1870, uma série de mudanças de ordem ideológica, política e cultural ocorreram no Brasil e também fora dele, culminando na formação de novas ideias que iriam trazer para a educação uma importância até então não vislumbrada. Logo, a busca por medidas efetivas para a criação e o restabelecimento de cursos normais para a formação de professores ganhava cada vez mais adeptos na Corte e nas províncias brasileiras (Castanha, 2008). Foi a partir da década de 1870 que, finalmente, essas instituições passaram a funcionar com maior estabilidade e durabilidade no país. Desse modo, como esclarece Tanuri (2000), se no ano de 1867 podia-se contar com quatro estabelecimentos dessa natureza em solo brasileiro, em 1883 já eram vinte e duas as escolas normais públicas em funcionamento, entre elas a de Ouro Preto, que foi restabelecida a partir da Lei provincial nº 1.769, de 4 de abril de 1871 (Minas Gerais, 1871).

Apesar de ter a sua base legal instituída em 1871, as atividades da ENOP só foram retomadas efetivamente em abril de 1872. Como salientam Gouvêa e Rosa (2000), a partir desse momento a instituição passou por uma série de mudanças, com a ampliação do currículo, do corpo docente e do tempo de duração do curso. Instituíram-se, também, duas escolas práticas anexas a esta instituição, para que os e as normalistas exercitassem na prática o magistério durante o processo formativo. Entre as modificações presenciadas destaca-se, ainda, a entrada cada vez maior de estudantes do sexo feminino em seu alunado.

A partir de 1872, a ENOP passou a receber efetivamente estudantes do sexo feminino. Nas décadas que se seguiram, elas foram assumindo cada vez mais espaço entre os estudantes da instituição, matriculando-se em maior quantidade, evadindo menos e se formando mais. Esse momento foi acompanhado também pelo que vinha ocorrendo no restante do país. Como anuncia Tanuri (2000), de maneira simultânea à

valorização das escolas normais e a ampliação de seus currículos, essas instituições se abriram mais e mais ao público feminino. Logo, a ideia de que o ensino primário deveria ser destinado às mulheres, com a justificativa de que elas seriam mais propensas “naturalmente” ao trato com crianças, vinha sendo defendida de maneira crescente por políticos, educadores e intelectuais da época.

Como exemplo desta mudança, Hahner (2011) destaca que a percentagem de alunas matriculadas na Escola Normal da Corte no Rio de Janeiro crescia rapidamente nos anos finais do Império. Do mesmo modo, Campos (2002) salienta que, na década de 1880, a entrada de estudantes do sexo masculino e do sexo feminino na Escola Normal de São Paulo vinha se equilibrando, sendo que, em alguns anos, o contingente feminino de ingresso era maior que o masculino.

Não obstante, o processo de feminização das escolas normais também ocorria no magistério primário brasileiro de maneira geral. Assim, de acordo com Vianna (2002), nas principais províncias brasileiras a presença das mulheres na docência primária ganhava destaque nos anos finais do Império. No caso específico de Minas Gerais, por exemplo, Faria Filho e Macedo (2004) lembram que houve, nas últimas décadas do século XIX, um significativo crescimento da presença de mulheres na docência das primeiras letras.

Nas investigações realizadas, não foram encontrados os livros da matrícula da ENOP entre a sua reabertura, em 1872, até o ano de 1876. Contudo, alguns indícios encontrados demonstram que as moças já estavam presentes na instituição desde seu restabelecimento. Um exemplo encontra-se no relatório do inspetor geral interino da instrução pública de Minas Gerais em 1873, Antonio de Alphis Martins, em que este afirmava “[...] no fim do presente anno podemos contar com 4 ou 5 professoras dignas do magistério, por seu illibado comportamento e por suas habilitações profissionaes” (Minas Gerais, 1873b). Do mesmo modo, em carta endereçada ao inspetor público provincial, em 30 de novembro de 1873, o professor Camillo de Brito escrevia: “As alumnas são distinctas pela inteligência e estudo e pelas qualidades morais. O exame mostrará o grão adiantamento nas disciplinas que lecionei” (Minas Gerais, 1873a).

A análise dos livros de matrícula entre 1877 e 1889 revela que, na maior parte do tempo, as mulheres foram a maioria no primeiro e no segundo ano do curso normal de Ouro Preto, conforme indicam as tabelas a seguir:

Tabela 1 – Alunos/as matriculados/as no 1º ano da ENOP (1877-1888/1889)⁷

Ano	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883/ 1884 ⁸	1884/ 1885	1885/ 1886	1886/ 1887	1887/ 1888	1888/ 1889
H	8	8	8	7	8	7	7	5	4	13	17	12
M	19	11	10	9	3	8	21	21	33	47	30	42
T	27	19	18	16	11	15	28	26	37	60	47	54

Fonte: banco de dados da autora.

Tabela 2 – Alunos/as matriculados/as no 2º ano da ENOP (1877-1888/1889)

Ano	1877	1878	1879	1880	1881	1882	1883/ 1884	1884/ 1885	1885/ 1886	1886/ 1887	1887/ 1888	1888/ 1889
H	3	2	3	0	3	4	0	1	1	1	0	1
M	1	10	3	8	10	2	6	9	6	11	12	7
T	4	12	6	8	13	6	6	10	7	12	12	8

Fonte: banco de dados da autora.

Do mesmo modo, no 3º ano do curso, que teve sua primeira turma somente em 1884, são raros os indivíduos do sexo masculino matriculados. Entre 1884 e 1888, só dois rapazes chegaram ao 3º ano, sendo um em 1886 e o outro em 1887 (Minas Gerais, 1883-1890). Além disso, as moças evadiram menos ao longo do tempo e se formaram em maior número, uma vez que terminaram o curso, em todo o recorte assinalado, 54 mulheres e somente 14 homens (Minas Gerais, 1877-1883).

Maria José Fiuza da Rocha frequentou a ENOP em um momento de transição da formação docente, quando as mulheres passaram a superar ou se equiparar aos homens em número. A normalista se apresenta, nesse sentido, como uma das pioneiras a concluir o curso normal para a habilitação de professores primários em Minas Gerais, passando por todo um contexto de modificações e desafios.

Na década de 1870, a província de Minas Gerais era a mais populosa do Império do Brasil e a sua região central, em que se localizava a capital, a cidade de Ouro Preto, era a mais densamente povoada (Lott, 2009). Conforme o censo brasileiro

⁷ Nas tabelas, são utilizadas as iniciais H: Homens; M: Mulheres; T: Total.

⁸ Através do Regulamento nº 100 de 1883, o tempo de duração dos cursos das Escolas Normais de Minas Gerais passou de dois para três anos. Além disso, o ano letivo foi alterado, passando a ter início no mês de novembro de um ano e terminando em julho do ano seguinte. É por essa razão que os períodos letivos expressos nas tabelas deixam de ser de um ano só (1877) e passam a ser compostos por dois anos em conjunto (1883/1884).

realizado no ano de 1872, o município de Ouro Preto (composto à época por 11 freguesias) possuía 42.582 habitantes livres e 5.632 escravizados (DGE, 1872). O seu núcleo urbano era formado por 14.078 indivíduos, o que correspondia a cerca de 30% da população total do município. Era na sede do município que se localizava todo o aparato da administração pública provincial. A cidade de Ouro Preto se caracterizava, também, pelo diversificado comércio, a existência de muitos profissionais liberais, instituições bancárias e vasto número de periódicos. Contava ainda com opções de lazer e divertimentos, tais como: teatro, jardins, clube, botequins, praças, entre outros (Lott, 2009).

Nesse contexto histórico e espacial, reinauguraram-se, ao mesmo tempo, o Liceu Mineiro⁹ e a Escola Normal de Ouro Preto. A reinstalação das duas instituições se deu em uma celebração solene que ocorreu no dia 18 de abril de 1872, contando com representantes de setores econômicos, políticos e educacionais mineiros, inclusive o próprio Presidente Provincial no período, o Sr. Dr. Joaquim Pires Machado (Minas Gerais, 1872a).

Nesse período, Maria José Fiuza da Rocha viveu a juventude e passou a frequentar a ENOP. Como já explicado, os livros de matrícula da instituição nos primeiros anos de sua terceira fase de funcionamento não foram localizados; contudo, notícias de jornais dão a entender que a jovem já compunha o seu corpo discente desde 1872, ou seja, fazendo parte de sua primeira turma após a reabertura. Assim, em nota publicada na seção sobre a secretaria do governo do jornal de ouro-pretano Diário de Minas, em edição do dia 31 de agosto de 1875, constava a informação de que o inspetor geral da instrução pública havia confirmado ao presidente provincial que Maria Fiuza havia sido aprovada nos 1º e 2º anos do curso da ENOP, justamente entre 1872 e 1873 (Diário de Minas, 1875c).

Outra reportagem publicada pelo mesmo jornal, em edição do dia 20 de dezembro de 1873, comunicava sobre uma celebração solene realizada no prédio da ENOP, que tinha como objetivo premiar as alunas de ensino primário e as normalistas que estudavam na cidade pelos seus bons desempenhos escolares no ano que se findava. Na ocasião, premiaram-se nove alunas da ENOP, quatro do segundo e cinco

⁹ O Liceu Mineiro era uma instituição de ensino secundário. Assim como a ENOP, foi criado a partir do Art. 1º da Lei nº 1.769. Ambas as instituições tiveram as suas instalações no dia 18 de abril de 1872.

do primeiro ano. Maria Fiuza da Rocha recebeu o primeiro prêmio entre as alunas do segundo ano (Diário de Minas, 1873b), o que confirma, mais uma vez, que ela integrou o primeiro grupo de alunas a frequentar a ENOP em sua terceira fase de funcionamento.

Maria Fiuza foi homenageada com o primeiro prêmio pelo seu bom desempenho, demonstrando o seu comprometimento e êxito como aluna do curso normal. Além do prêmio em si, ela foi a única estudante a ter a oportunidade de discursar na ocasião em nome de suas colegas. Em sua fala, agradeceu aos professores, ao Presidente Provincial e aos demais indivíduos presentes. Discorreu ainda sobre a importância daquele momento e a necessidade da ampliação da instrução feminina, como expresso no trecho a seguir extraído de seu discurso¹⁰:

Condenadas desde muito tempo ás profissões que se occultão nas sombras do lar, victimas da fraqueza e dos prejuízos que o poder da força impoz sobre nosso sexo; quantos ainda duvidão que possamos entrar no templo da sciencia? Das mãos do creador viemos tão perfeitas nas nossas faculdades como aquelles que se prezão de governar o mundo: porque então não podemos participar do domínio moral e intellectual? (Diário de Minas, 1873b, p. 4).

O excerto revela que a normalista questionava aqueles que duvidavam das capacidades femininas para os estudos científicos e reivindicava a participação mais ativa das mulheres nas ciências. A esse respeito, conforme destacado por França (2021), no século XIX, com base nos ideais iluministas, ampliava-se as discussões sobre a necessidade de uma “ciência para todos”, ou seja, para a expansão dos conhecimentos científicos. Assim, essa perspectiva parece ir ao encontro dos questionamentos trazidos na fala de Maria Fiuza, na medida em que esta salientava as capacidades femininas para adentrarem no “templo da ciência”.

A normalista denunciava, também, as imposições feitas às mulheres ao longo do tempo, argumentava sobre a igualdade de faculdades dadas por Deus para eles e para elas e reivindicava a maior participação feminina na sociedade da época. Em um contexto em que os estudos para as mulheres apenas começavam a ser incentivados, as palavras de Maria Fiuza se mostravam, de certa maneira, vanguardistas. Ainda que não tenha sido a autora do texto, sua explanação evidencia coragem e protagonismo em pronunciá-lo, além do seu anseio pela ampliação da participação feminina em

¹⁰Por se tratar de uma pesquisa no campo da História da Educação, metodologicamente, optou-se em manter as expressões originais das fontes documentais consultadas.

outros espaços e segmentos sociais, para além do doméstico, sendo o principal deles, a própria docência.

3 De aluna a professora: a trajetória de Maria José Fiuza da Rocha como docente da ENOP

Diferentemente de suas duas primeiras experiências de funcionamento, na terceira fase da ENOP os alunos ingressantes, em linhas gerais, ainda não haviam atuado no magistério. Seguindo essa mesma tendência, no que diz respeito à Maria Fiuza, só foram encontrados registros de sua presença na docência após a sua passagem pelo curso normal, notadamente no ano de 1874, indicando que, provavelmente, ela também não exerceu a profissão antes de concluir a formação normalista.

O primeiro registro localizado acerca da atuação de Maria Fiuza como professora data de 25 de abril de 1874. Conforme um dos livros de matrícula dos professores públicos de Minas Gerais, a normalista teria ocupado a cadeira do sexo masculino da freguesia de Antônio Dias, na sede do município de Ouro Preto, em substituição ao seu proprietário que se encontrava, naquele momento, impossibilitado de exercer o cargo (Minas Gerais, 1849-1885). No ano seguinte, todavia, ela já ingressaria no corpo docente da ENOP e só deixaria este cargo na instituição cerca de 16 anos depois, em 1891, por ocasião de sua aposentadoria (O Estado de Minas Geraes, 1891).

Durante a sua trajetória na ENOP, em um primeiro momento, Maria Fiuza foi designada para atuar como substituta na aula prática do sexo masculino¹¹ em 15 de junho de 1875, pois o responsável pela disciplina, o professor José de Queiroga, havia solicitado licença médica (Minas Gerais, 1872-1879). Não obstante, o docente não se recuperou de sua enfermidade, vindo a falecer em 14 de agosto de 1875 (Monitor do Norte, 1875). A partir disso, a normalista assumiu a cadeira como titular formalmente em 23 de agosto de 1875 (Minas Gerais, 1872-1879).

¹¹ O Regulamento nº 62, do ano de 1872 determinava que, anexas às escolas normais mineiras, deveriam haver aulas práticas, para cada um dos sexos, em que os normalistas e as normalistas em formação exercitariam, sob a supervisão de professores dessas instituições, o ensino primário na prática. Assim, atendendo a essa determinação, anexas à ENOP havia uma aula prática do sexo masculino e outra do feminino e, posteriormente, uma mista, que atenderia estudantes primários de ambos os sexos.

É importante destacar que Maria Fiuza não foi a primeira mulher a fazer parte do quadro de docentes da ENOP, pois esse posto fora ocupado anteriormente pela professora Amalia Ethelvina Bernhaus, que assumiu as aulas práticas do sexo feminino da Escola em 1872 e permaneceu no cargo até a sua aposentadoria em 1889. Todavia, Maria Fiuza foi a primeira egressa do sexo feminino do curso normal de Ouro Preto que, após formada, passou a trabalhar na instituição. A normalista se mostrou, portanto, pioneira nesse sentido. A sua trajetória no magistério foi de êxito, mas também de muitos desafios.

Como exposto anteriormente, Maria Fiuza da Rocha ingressou no corpo docente da ENOP, em um primeiro momento, como professora da aula prática do sexo masculino, permanecendo neste posto por muitos anos (Minas Gerais, 1882-1883). Após a aposentadoria de Amalia Ethelvina Bernhaus, porém, ela se tornou a responsável pela regência da cadeira do sexo feminino (Ouro Preto, 1890) e, por fim, da aula mista (Minas Gerais, 1891-1910), que era a que recebia estudantes de ambos os sexos¹².

Após a entrada de Maria Fiuza, muitas outras egressas da ENOP lecionaram na instituição nas décadas finais do século XIX. Entretanto, todas elas trabalharam nas cadeiras referentes às aulas práticas anexas à Escola Normal, como suas proprietárias, adjuntas ou substitutas. No que diz respeito às demais matérias, ou seja, às disciplinas teóricas do curso — aritmética, português, pedagogia, geografia e história — estas foram ministradas, salvo em algumas substituições esporádicas, exclusivamente por professores do sexo masculino, fenômeno que também foi presenciado nos demais cursos normais mineiros do período.

Nas escolas normais de Diamantina, Montes Claros, Sabará, Campanha, Uberaba e São João del-Rei, entre os anos de 1891 e 1910, as mulheres atuaram apenas nas aulas práticas anexas femininas, masculinas e mistas, não nas disciplinas teóricas (Minas Gerais, 1891-1910). Percebe-se, pois, que apesar de serem a maior parte do alunado dessas instituições, elas ainda não se faziam maioria entre os seus docentes, principalmente no que tange às disciplinas teóricas, consideradas de maior complexidade e, portanto, tidas como mais propensas aos homens naquele momento. Como visto, a docência feminina crescia, mas, somente até determinado ponto, para

¹² Com a emergência da defesa mais sistemática à coeducação entre os sexos, se tornou mais comum, nos anos finais do século XIX, o surgimento de escolas primárias mistas.

públicos específicos e para a transmissão de conhecimentos que eram considerados compatíveis com as suas faculdades mentais.

Apesar dos entraves de gênero, Maria Fiuza conquistou um feito não muito comum para uma mulher na época, tornando-se diretora interina da ENOP na ausência de seu titular no ano de 1890. Em carta endereçada à Inspetoria Geral da Instrução Pública, em 4 de junho daquele ano, a própria docente informava que, tendo o diretor da instituição naquele momento, Randolpho Bretas, se desligado da mesma para ir a um evento educacional a pedido do governo provincial, teria a indicado para substituí-lo em sua ausência até que a inspetoria deliberasse algo a respeito (Minas Gerais, 1884-1890).

O episódio é relevante porque, como explicita Louro (2004), as diretorias e as inspeções permaneciam sob responsabilidade masculina. Em outras palavras, mesmo com o processo de feminização do magistério, os homens se mantinham nos postos de poder do ambiente educacional. Assim, ter ocupado o cargo de diretora de uma escola normal, ainda que temporariamente, evidencia algo atípico para o período, dando a entender que o trabalho da normalista era bem visto na instituição e que ela contava com a confiança do diretor que a indicou interinamente.

Não obstante, por ser uma das primeiras estudantes e docentes do sexo feminino da ENOP, a trajetória de Maria Fiuza também foi marcada por uma série de desafios, desconfiças e dificuldades. Como exemplo disso, é possível citar um fato ocorrido em 1875, ano de sua entrada como docente na instituição, que foi amplamente debatido pela imprensa ouro-pretana da época.

As discussões tiveram início a partir de uma nota publicada pelo jornal Diário de Minas, em sua edição do dia 7 de julho de 1875, que foi assinada com o pseudônimo “O pae de família” e recebeu o título de “O Lyceo Mineiro”. Nela, o seu autor, apresentando-se como cidadão amante de seu país e zeloso pelas instituições de instrução pública, denunciava à imprensa irregularidades que, segundo ele, estariam ocorrendo no Liceu Mineiro que, à época, funcionava no mesmo prédio da ENOP. Segundo o autor, desacatos, abusos e imoralidades estariam sendo praticados pelos alunos do Liceu, o que estaria respingando na honra e na reputação das normalistas: “As alumnas da escola normal, coitadinhas! Jovens, inexperientes são malcriadamente insultadas por duas alas de meninos, que as esperão na porta do

edifício, para dizer-lhes gracinhas, atirar-lhes flores, bilhetinhos &&!” (Diário de Minas, 1875a, p. 4).

Relembra-se aqui que o Liceu Mineiro era uma instituição de ensino secundário que recebia jovens estudantes do sexo masculino. Já o curso normal era de caráter misto, ou seja, recebia tanto moças quanto rapazes.¹³ Contudo, pela legislação vigente na época, as aulas do curso normal deveriam ser dadas de maneira alternada para cada um dos sexos, por questões de segurança e moralidade.¹⁴ Entretanto, como a ENOP funcionava no mesmo prédio que o Liceu, ainda que as moças não tivessem contato direto com os rapazes normalistas, elas o tinham com os jovens secundaristas, fato que gerou a polêmica mencionada.

De acordo com Castanha (2015) a coeducação entre os sexos no país ganhou força nos anos finais do século XIX, notadamente a partir da década de 1870, tornando-se tema de grandes debates entre intelectuais, políticos e educadores. Os defensores do sistema, inspirados, em sua maioria, por ideais norte-americanos, acreditavam que ele poderia preparar meninos e meninas para uma vida em comum no futuro, além de representar uma economia para as finanças públicas, com a utilização do mesmo espaço físico, mobiliário e docentes. Já os opositores pregavam que este contato traria riscos de ordem moral, principalmente para os indivíduos do sexo feminino (Almeida, 2007).

Entretanto, Hahner (2011) salienta que, se a coeducação de crianças gerava receios e era vista com desconfiança por alguns setores da sociedade, a de jovens era ainda mais preocupante, uma vez em que estes já se encontravam em idade para se casar. Estes elementos ajudam a compreender a situação ocorrida em Ouro Preto e o estranhamento causado pela utilização de um mesmo espaço físico para jovens de ambos os sexos estudarem.

A resposta das normalistas ao “pae de família” foi publicada dois dias depois, pelo mesmo jornal, em edição de 9 de julho. Com o título de “A pedido”, as alunas da ENOP escreveram uma nota em que desmentiam tudo o que foi dito na publicação anônima, se posicionando em defesa de si próprias e dos alunos do Liceu:

¹³ Conforme Hahner (2011), dos vinte e dois cursos normais públicos brasileiros existentes em 1882, quinze eram mistos, cinco masculinos e dois femininos.

¹⁴ Conforme destaca Castanha (2015), também nas províncias do Rio de Janeiro e Mato Grosso, as aulas normais eram ministradas alternadamente para cada um dos sexos.

[...] lamentamos que desrespeitosamente atribuíssem aos estudantes factos que terião por consequencia a nossa despedida das aulas onde recebemos a instrucção dirigida pelos dignos e illustrados professores; seria desconhecer o cavalheirismo e atenções com que somos tratadas n'aquelle estabelecimento não acudir em defeza dos moços distinctos pela sua educação e famílias que forão vilmente insultados por quem talvez estranhe a illustração que em outros tempos nos recusavam. Desejamos para as nossas companheiras de idade os mesmos benefícios que alli recebem as nossas intelligencias (Diário de Minas, 1875b, p. 4).

O texto foi assinado por doze alunas normalistas e pela professora Maria José Fiuza da Rocha. Por ter acabado de ingressar como docente da instituição e por, provavelmente, ainda contar com pouca idade, é plausível que ela também tenha sido alvo das acusações. Outra possibilidade é que ela tenha assinado o texto juntamente com as estudantes para demonstrar o seu apoio aos ataques que elas vinham sofrendo. De toda forma, fica claro que a professora não se absteve e estava preocupada com os reflexos que as acusações do “pae de família” poderiam causar na instrução das moças de Ouro Preto.

Como visto na resposta, as suas assinantes davam a entender que o real motivo das acusações não seria a preocupação com as suas reputações em si, mas manifestavam a intenção de que elas fossem retiradas do curso normal. Além disso, as críticas seriam o resultado do estranhamento em relação à ilustração oferecida às jovens no âmbito do curso, ilustração essa que havia lhes sido negada historicamente até aquele momento. As moças, entre elas Maria Fiuza, demonstraram a preocupação, também, de que as difamações trouxessem como resultado a não matrícula de outras meninas no curso normal por receio dos pais, negando-lhes os conteúdos e ensinamentos que lá eram oferecidos.

As discussões divulgadas por meio da imprensa não terminaram com a resposta das normalistas; pelo contrário, estenderam-se por vários dias. Nas edições subsequentes do Diário de Minas, o “pae de família” continuou a publicar duras críticas às jovens, em torno da moralidade e da honra femininas, enquanto pouco se questionava a conduta dos estudantes do Liceu. Ao mesmo tempo, foram divulgadas respostas assinadas pelos alunos do Liceu Mineiro, professores da ENOP e até pelo Inspetor Geral da Instrução Pública em favor das moças, demonstrando que, provavelmente, o assunto se tornou bastante polêmico e trouxe repercussões negativas, se estendendo para além das páginas do jornal.

Como consequência, é possível pensar que a questão da manutenção da moral e da honra femininas poderia ser, de fato, uma desculpa dada para outra preocupação que se instalava no período: o acesso, cada vez maior, de meninas, moças e mulheres ao mundo letrado e a uma instrução institucionalizada mais duradoura e completa.

Assim, não é de se estranhar que em Minas Gerais nas décadas finais do século XIX, região fortemente apegada aos costumes tradicionais e a religiosidade católica, as primeiras experiências de coeducação de jovens fossem vistas com estranhamento e resistência, principalmente por setores mais conservadores da sociedade. Nesse sentido, não é difícil supor, também, que nos anos que se seguiram, houvesse outras discussões a esse respeito.

Não obstante, aproximadamente sete anos depois do ocorrido, o tema da coeducação continuava a ser objetivo de debates, dessa vez, no âmbito da própria Inspeção Geral da Instrução Pública de Minas Gerais. Em relatório escrito pelo inspetor geral José Aldrete de Mendonça, anexo à fala do presidente da província Theophilo Ottoni e dirigido à Assembleia Provincial no dia 01 de agosto de 1882, este opinava sobre o tema, mostrando-se contrário a uma situação que vinha ocorrendo nas aulas práticas anexas à ENOP (Minas Gerais, 1882). José Aldrete, em seu texto, explicitava que via com maus olhos o fato de uma jovem mulher estar ministrando, para os rapazes normalistas, as aulas práticas anexas do sexo masculino da instituição:

[...] a singular anomalia por mim observada na escola d'esta Capital, de praticarem os alumnos, rapazes de 18 a 20 annos, sob a direcção de uma jovem professora, de cuja fraqueza, e condescendente bondade poderão abusar os que menos se souberem conter nos limites de delicadeza e do respeito (Minas Gerais, 1882).

A jovem professora referenciada pelo inspetor era justamente Maria José Fiuza da Rocha, ou seja, novamente o estranhamento da comunidade ouro-pretana em relação à coeducação colocava em risco a atividade laboral da docente, ou, pelo menos, envolvia o seu nome nos debates sobre o assunto. Assim, pela segunda vez – como foi possível localizar pelas fontes – a normalista teve que enfrentar desafios decorrentes de questões de gênero para exercer o seu ofício.

Conforme o excerto, a Maria Fiuza lhe foram atribuídas características consideradas tipicamente femininas no período, como fraqueza e bondade, que a

colocariam em constante risco, mediante o contato excessivo com jovens do sexo masculino, que eventualmente não conseguissem conter os seus instintos. De acordo com Almeida (2007), para os opositores da coeducação, colocar homens e mulheres no mesmo espaço físico poderia contaminar a pureza das últimas, além de atrapalhar os primeiros nos seus estudos. Ainda segundo a autora, para os contrários à coeducação, o contato com colegas e professoras, justamente pela beleza e sedução femininas, poderia desconcentrar e desviar a atenção dos rapazes de seus trabalhos acadêmicos.

Cabe destacar que muitos discursos do período consideravam que as mulheres eram incapacitadas intelectualmente para instruírem indivíduos do sexo oposto, uma vez que contariam com cérebros pouco desenvolvidos pelo seu “desuso” ao longo do tempo (Louro, 2004). Nesse sentido, pode ser que o incômodo do inspetor, embora não explicitado claramente, estivesse relacionado ao receio em relação à capacidade de uma jovem mulher lecionar para rapazes com idades semelhantes à dela.

Portanto, é plausível supor que a fala e a indignação do inspetor mineiro estivessem motivadas pelos pensamentos e discursos recorrentemente difundidos na época. Apesar disso, não foram encontrados, no âmbito da investigação, vestígios de que Maria Fiuza tenha deixado o seu cargo após a publicação do relatório; ou seja, apesar de opiniões contrárias, seu trabalho foi mantido, o que demonstra que a sua capacidade intelectual, prática docente e conduta moral eram aprovadas a despeito das desconfianças. Levanta-se, também, a hipótese de que os discursos contrários passavam a disputar espaço com as novas ideias que chegavam ao Brasil, vindas sobretudo da Europa, que pregavam a defesa da mulher como mais propensa e apta ao ensino da mocidade.

Por fim, as duas situações narradas dão indícios de que, apesar de seus êxitos e de sua longa carreira na ENOP, Maria Fiuza enfrentou uma série de desafios somente pelo fato de ser mulher e de ser uma das pioneiras entre as alunas e docentes do sexo feminino do curso de formação de professores da cidade de Ouro Preto. Por vivenciar o contexto de feminização da formação e da profissão docente em Minas Gerais e no Brasil, a normalista teve que enfrentar desconfianças e empecilhos de diferentes âmbitos, principalmente envolvendo a sua capacidade,

moralidade e reputação, o que provavelmente não foi fácil para ela, levando em consideração a sociedade conservadora em que estava inserida.

Para além disso, como será visto a seguir, Maria Fiuza se casou, foi mãe, atuou como abolicionista e participou assiduamente da vida religiosa ouro-pretana, evidenciando que, a despeito dos movimentos contrários, ela resistiu e participou, das maneiras que eram permitidas e acessíveis para as mulheres na época, das convenções sociais, da vida pública e das discussões políticas que permeavam a cidade de Ouro Preto nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX.

4 Casamento, maternidade, religiosidade e abolicionismo: outros aspectos da trajetória de Maria Fiuza da Rocha

A investigação não permitiu identificar a data exata do casamento de Maria José Fiuza da Rocha, mas, sabe-se que ela contraiu matrimônio com o Major João Paulo de Oliveira Carvalho, passando a ser referenciada com o sobrenome do marido a partir de 1886 (Liberal Mineiro, 1886a). Em 1911, porém, já se encontrava na condição de viúva (Correio da Manhã, 1911). Assim, pelo menos durante parte de sua atividade no magistério na ENOP, a normalista conciliou o ofício docente com os papéis sociais de esposa e dona de casa.

Vidal e Carvalho (2001) salientam que foram muitos os debates ocorridos até a primeira metade do século XX no Brasil, acerca da compatibilidade ou não do magistério feminino com o matrimônio. Conforme as autoras, tendo como base o caso do Rio de Janeiro nas décadas de 1920 e 1930, embora o celibato pedagógico feminino não fosse obrigatório, muitas professoras acabaram mesmo por se casar mais tarde, ou ficaram viúvas cedo, ou ainda, se mantiveram solteiras por toda a vida. De maneira semelhante, Tambara (1998) afirma que foi sendo reforçado no país, ao longo do tempo, o estigma da professora primária como sendo um ser “assexuado”, a “solteirona” dedicada exclusivamente aos seus alunos.

Portanto, é possível imaginar que conciliar o magistério com a vida de esposa e de dona de casa, tendo seguido na profissão mesmo após o matrimônio, constituiu mais um desafio em sua carreira, tendo em vista que o trabalho da mulher fora do ambiente doméstico ainda era visto por setores conservadores da sociedade como suspeito e incompatível com as características consideradas “essencialmente” femininas no período.

Embora não se tenha confirmado quantos, sabe-se que Maria Fiuza teve filhos ao longo de seu casamento (Jornal do Brasil, 1901; Correio da Manhã, 1907; O Paiz, 1910). Tal qual a relação entre matrimônio e docência, a maternidade e o magistério também foram alvo de discussões. Segundo Vidal e Carvalho (2001), muitos debates no Brasil, até a primeira metade do século XX, questionavam a compatibilidade do magistério feminino com a maternidade, em que ora se defendia a docência primária como uma espécie de continuação da maternidade, sendo, portanto, naturalmente destinada aos indivíduos do sexo feminino, ora se argumentava sobre a incompatibilidade dos dois papéis, com a justificativa de que as professoras primárias deveriam dedicar-se exclusivamente ao seu ofício, como missão e sacerdócio, não podendo dividir a atenção dos alunos com os filhos.

Mais uma vez se percebe, então, que o trabalho docente e a vida particular de Maria Fiuza estiveram inseridos em um contexto de muitas discussões sobre os papéis sociais e profissionais das mulheres, reforçando os desafios provavelmente enfrentados e transpostos por ela ao longo de sua trajetória. Ainda em meio a sua jornada, a normalista vivenciou outros processos complexos, como o da emancipação dos escravizados no Brasil, participando do movimento abolicionista da cidade de Ouro Preto nos anos anteriores à Lei Áurea, ocorrida de 13 de maio de 1888.

Conforme informação publicada em edição de 31 de dezembro de 1886 do jornal Liberal Mineiro, Maria José Fiuza da Rocha era membro da Sociedade Libertadora Ouropretana e fazia parte da comissão incumbida de promover a libertação de cativos da Rua Direita e da Praça Principal da cidade de Ouro Preto. Além dela, eram membros da comissão outras duas mulheres - Viscondessa de Camargos e Altina Alves de Brito - e três homens - José Isidro de Magalhães Drumond, Henrique Horta e Emílio Balena (Liberal Mineiro, 1886b).

De acordo com Cota (2025), a então capital da província de Minas Gerais, a cidade de Ouro Preto, constituía o centro irradiador do movimento abolicionista mineiro no contexto das décadas imediatamente anteriores à abolição, concentrando a maior parte de jornais em defesa da emancipação dos escravizados na província. Era também na capital que se encontrava o maior número de sociedades abolicionistas, entre elas a Sociedade Libertadora Ouropretana, da qual Maria Fiuza fazia parte. Segundo o autor, todas essas associações divulgavam as suas ações

através dos jornais locais, informando sobre reuniões, estatutos e eventos públicos para a libertação de cativos.

Conforme Cota (2013), a Sociedade Libertadora Ouropretana foi criada no ano de 1886 com o objetivo de promover a libertação dos cativos que ainda restavam na capital, até que fosse realizada a inauguração do ramal ferroviário que estava em construção na cidade. Entre as suas ações, figurava a formação de comissões que deveriam fazer o levantamento dos escravizados que ainda existiam em Ouro Preto, buscando a sua libertação de forma gratuita ou através da prestação de serviços. Ainda segundo Cota (2013), a Sociedade Libertadora Ouropretana era formada por um grupo extenso e heterogêneo de indivíduos, como médicos, políticos, advogados, artistas, desembargadores, funcionários públicos, militares e professores, incluindo os da Escola de Minas, Liceu Mineiro e, como visto, da própria Escola Normal.

De fato, foram muitos os docentes da ENOP - quase sempre os mesmos do Liceu Mineiro - que participavam de movimentos abolicionistas na década de 1880 na cidade, sendo os principais deles: o Bacharel Camillo Augusto Maria de Britto, que atuava, muitas vezes gratuitamente, como advogado na luta pela libertação dos cativos; Samuel Christiano Brandão e Affonso Brito, que fundaram no ano de 1884 um jornal abolicionista intitulado *Vela do Jangadeiro*¹⁵, sendo este considerado um dos primeiros e mais importantes periódicos abolicionistas de Minas Gerais. Era prática também, entre os professores da ENOP, o oferecimento de aulas noturnas gratuitas para pessoas escravizadas, com a anuência de seus senhores (Pedruzzi, 2016).

De maneira geral, a participação de professores, tanto dos cursos superiores quanto dos cursos secundários de Ouro Preto, em ações abolicionistas na década de 1880 era recorrente. Esses professores, muitas vezes em concomitância com a docência, atuavam também em outras profissões, como no Direito e no Jornalismo, ou ainda em esferas da administração pública mineira, ou seja, faziam parte de um grupo letrado que considerava inadmissível, no findar do “século das luzes”, ainda haver escravidão no país. Dessa forma, é muito provável que, nos corredores dessas instituições de ensino, ideias a favor da emancipação circulassem, sendo os cursos, possivelmente, centros irradiadores da causa abolicionista na cidade de Ouro Preto.

¹⁵ Segundo Jácome (2021) o jornal recebeu esse nome em homenagem à abolição ocorrida naquele ano no Ceará, em que os jangadeiros se recusaram a transportar pessoas escravizadas.

No tocante à Sociedade Libertadora Ouropretana, para Cota (2013), embora as suas ações não tenham logrado os êxitos almejados e a conclusão do ramal ferroviário tenha ocorrido já após a abolição, em julho de 1888, é inegável a importância da participação feminina nela, principalmente para a arrecadação de fundos. Conforme informações levantadas pelo autor, as mulheres estavam em todas as comissões formadas, em número de três, bem como os homens, totalizando grande contingente de indivíduos. Dentro desses grupos, havia mulheres casadas atuando com os seus maridos, como também muitas não acompanhadas, demonstrando autonomia feminina nas ações da Sociedade.

De acordo com Silva e Barreto (2014), a partir da segunda metade do século XIX, torna-se cada vez mais visível a participação feminina na campanha abolicionista em diversas partes do país, por meio da composição de fundações e associações, promoção de festas e saraus beneficentes, produção de discursos e poemas, entre outras ações, ocupando espaços sociais que, até então, eram considerados tipicamente masculinos. No caso específico de Minas Gerais, como elucidam Macena e Muniz (2017), esse cenário não foi diferente, embora só muito recentemente a historiografia tenha considerado a importância e o protagonismo feminino na campanha abolicionista mineira.

Ainda conforme Macena e Muniz (2017), utilizando as estratégias que lhes eram viáveis naquele momento, sem fugir dos comportamentos históricos e tradicionalmente atribuídos ao gênero feminino, muitas mineiras (sobretudo as brancas, de estratos médios da sociedade e com algum letramento) participaram ativamente da luta política pela abolição, promovendo festas, ações beneficentes, concertos e saraus, adentrando também, aos poucos, em outros espaços considerados masculinos, como as associações e sociedades:

Compartilhavam, assim, o sentimento abolicionista bem generalizado na província, defendendo a extinção da escravidão a partir de ações autorizadas ao seu sexo, identificadas como próprias do sexo feminino, como desdobramento da esfera doméstica. E ampliaram esse espectro com a entrada em clubes e associações, entidades tidas e reconhecidas, na historiografia, como formadas exclusivamente por homens (Macena; Muniz, 2017, p. 51).

Como visto, para além de sua atuação como docente na formação de professores e professoras em Minas Gerais, Maria Fiuza da Rocha também esteve formalmente envolvida com a questão abolicionista, agindo da maneira que era

possível e permitida socialmente para o seu sexo naquele contexto, na luta em prol da libertação de pessoas escravizadas. Demonstrou, portanto, o seu posicionamento público diante de uma questão importante e amplamente debatida na época, através da filiação e da ação em organizações coletivas, evidenciando que ela não se encontrava alheia às questões políticas de seu tempo, atuando, pelo contrário, na esfera pública pelas causas que defendia.

A religiosidade católica constituiu outro espaço de atuação de Maria Fiuza ao longo de sua trajetória. Como exposto em muitas notas de jornais da época, a normalista participou de várias irmandades¹⁶ da cidade de Ouro Preto, como a da Nossa Senhora das Dores (Minas Geraes, 1896), a de Bom Jesus dos Passos (A Província de Minas, 1886) e a de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Diário de Minas, 1873a). Participou também de campanhas para a arrecadação de donativos para reformas de espaços religiosos, como a da capela de São Sebastião, também em Ouro Preto (O Estado de Minas Geraes, 1896).

Conforme Boschi (1986), presentes em território mineiro desde o período colonial no início da exploração aurífera, as irmandades e confrarias católicas eram agentes de solidariedade grupal, que congregavam encargos assistenciais e espirituais. Segundo Teixeira (2021), pertencer a essas instituições legitimava práticas sociais, políticas e religiosas, através de auxílio mútuo entre os seus membros. Além disso, as irmandades e confrarias eram espaços privilegiados de sociabilidade em Minas Gerais no contexto setecentista.

Ao longo do século XIX, as irmandades mantiveram grande importância no contexto mineiro, sobretudo na cidade de Ouro Preto. A participação em várias associações dessa natureza indica que Maria Fiuza circulava por diferentes espaços sociais no contexto em que vivia. Mais que isso, a normalista era também elemento constitutivo de mesas administrativas nessas instituições, que eram compostas majoritariamente por homens, evidenciando o seu prestígio e reconhecimento na composição social da religiosidade católica local.

Outro aspecto relevante da trajetória de Maria Fiuza foi a prática filantrópica, confirmada por sua participação, como secretária, do Grêmio das Damas Benfeitoras

¹⁶ De acordo com Boschi (1986), as Irmandades foram criadas no contexto europeu da Baixa Idade Média. Segundo o autor, não é possível precisar ao certo quando elas chegaram à Minas Gerais, mas, acredita-se que elas já se faziam presentes desde os primeiros anos de ocupação do território mineiro.

de São Vicente de Paula, fundado na freguesia de Antônio Dias, em Ouro Preto, em 4 de março de 1915 (O Paiz, 1915). De acordo com Lage (2012), a Congregação das Filhas de Caridade de São Vicente de Paula foi criada na França ainda no século XVII por Vicente de Paulo e Luísa de Marillac. Seu objetivo estava direcionado especificamente a práticas da caridade, através do cuidado com doentes, crianças e idosos desamparados, auxílio em maternidades e prisões e, com o advento da ampliação da escolarização popular no século XIX, também em instituições educacionais.

Conforme Lage (2012), além das Filhas de Caridade, existiam também as Damas de Caridade de São Vicente de Paula, mulheres casadas, quase sempre de classes mais abastadas, que praticavam a caridade através de doações e recolhimentos de fundos em seus meios sociais, mas não atuando diretamente em hospitais, asilos e orfanatos. O grupo que Maria Fiuza participava se enquadra nesta categoria. Pasche e Arruda (2018) salientam que, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, o ideário disciplinador e civilizador da sociedade estava diretamente relacionado a práticas caritativas para o combate à pobreza. Dessa forma, pode-se pensar que a atuação de Maria Fiuza nesse segmento estava em consonância com o pensamento disciplinador amplamente difundido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, que visava a transformação da sociedade brasileira, tornando-a moderna e civilizada.

A análise de aspectos da vida de Maria José Fiuza da Rocha, além de sua carreira educacional, evidencia a sua intensa participação social, seja no âmbito pessoal ou social. Circulando por vários espaços, associações, sociedades e congregações (de caráter político, filantrópico e religioso), muitas vezes com papéis de destaque e liderança em esferas administrativas desses segmentos, a normalista manteve-se atuante socialmente na cidade de Ouro Preto por toda a vida. Transpôs, para isso, muitas barreiras de gênero, uma vez que se encontrava inserida em um contexto conservador e patriarcal, em que os homens ainda ocupavam majoritariamente as esferas de poder. Ou seja, o seu pioneirismo pode ser percebido tanto em sua atuação no âmbito educacional, como também em outros aspectos de sua vida.

5 Considerações finais

Criada no bojo das primeiras experiências de formação de professores primários no Brasil, a ENOP foi, em suas primeiras fases, destinada majoritariamente a estudantes do sexo masculino. Na década de 1870, foi reinaugurada e abriu as portas para estudantes de ambos os sexos.

Em pouco tempo, as mulheres foram suplantando os homens em número de matrículas, sendo as décadas de 1870 e 1880 decisivas para a efetiva feminização do corpo discente da instituição. Apesar de continuar, formalmente, a receber rapazes nas décadas de 1890 e 1900, esses eram cada vez mais raros e o foram até o fechamento da Escola, em 1904. A partir de sua reabertura, em 1910, a instituição, a partir de então anexa ao Ginásio de Ouro Preto, passou a receber exclusivamente estudantes do sexo feminino, já no contexto de consolidação do processo de feminização da formação e da profissão docente no país.

Maria José Fiuza da Rocha viveu, estudou e atuou profissionalmente justamente neste período de transição, tanto da ENOP como da profissão docente de maneira geral. Teve que enfrentar, nesse sentido, todos os desafios e movimentos de resistência comuns em contextos de mudanças. A normalista fez parte da primeira turma de alunas formadas por uma Escola Normal em Minas Gerais e dos primeiros grupos de mulheres atuando na formação de professores mineiros, inclusive do sexo oposto. A sua trajetória e a da ENOP se entrelaçam, se cruzam, em meio ao turbulento final do século XIX. Maria Fiuza participou, ainda, de vários movimentos e associações, considerados do universo masculino no período, sem deixar de exercer papéis historicamente entendidos como femininos, como o de esposa, dona de casa e mãe. Foi, portanto, pioneira em diferentes esferas.

O pioneirismo, contudo, foi acompanhado de dúvidas e desconfiças, na medida em que a presença feminina fora do ambiente doméstico ainda era vista com estranheza e resistência por setores conservadores da sociedade. Não obstante, a sua trajetória, juntamente com a tantas outras mulheres, em sua maioria esquecidas ou negligenciadas pela historiografia ao longo do tempo, com certeza abriu caminhos, ainda que indiretamente, para muitas outras, impulsionando-as a buscarem os seus espaços e direitos na sociedade brasileira, tanto do ponto de vista educacional quanto profissional e pessoal. O resgate de trajetórias como de Maria José Fiuza da Rocha,

evidenciando a sua participação efetiva e autônoma nos espaços sociais e no ambiente educacional de sua época, auxilia a dar visibilidade para mulheres que, embora historicamente negligenciadas pela historiografia, participaram ativamente nos processos de construção da sociedade, da profissão e da formação docente em Minas Gerais e no Brasil.

REFERÊNCIAS

- A PEDIDO. **Diário de Minas**, Ouro Preto, n. 477, p. 4, 7 jul. 1875a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=376523&pasta=ano%20187&pesq=%22pae%20de%20fam%C3%ADlia%22&pagfis=3662>. Acesso em: 17 set. 2025.
- A PEDIDO. **Diário de Minas**, Ouro Preto, n. 478, p. 4, 9 de jul. 1875b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=376523&pasta=ano%20187&pesq=%22cavalheirismo%22&pagfis=3665>. Acesso em: 17 set. 2025.
- ALMEIDA, Jane Soares de. A co-educação dos sexos: apontamentos para uma interpretação histórica. **História da Educação**, Pelotas, v. 11, n. 22, p. 61-86, maio/ago. 2007. <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29288/pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.
- ANÚNCIO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 162, p. 3, 23 nov. 1911. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_02&pesq=%22Jo%C3%A3o%20Paulo%20de%20Oliveira%20Carvalho%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=7180. Acesso em: 17 set. 2025.
- ANÚNCIO. **Diário de Minas**, Ouro Preto, n. 187, p. 4, 31 dez. 1873a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=376523&pesq=%22Maria%20fiuza%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2504>. Acesso em: 17 set. 2025.
- BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-192.
- CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (org.). **Feminização do magistério**: vestígios do passado que marcam o presente. São Paulo: CDAPH, 2002. p. 13-37. (Estudos, v. 1).
- CASTANHA, André Paulo. Escolas normal no século XIX: um estudo comparativo. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 32, p. 17-36, dez. 2008. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5395/art02_32.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.
- CASTANHA, André Paulo. O processo de feminização do magistério no Brasil do século 19: coeducação ou escolas mistas. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 19, n. 47, p. 197-212, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/5TjtHjHWVxYtkVJhbFRqB8P/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2025.

COTA, Luiz Gustavo Santos. **Ave, libertas**: abolicionismos e luta pela liberdade em Minas Gerais na última década da escravidão. 2013. 318 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1448.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

COTA, Luiz Gustavo Santos. Abolicionismos em Minas Gerais: letrados, escravizados e as lutas pelas emancipações negras na imprensa mineira. **Caminhos da História**, Montes Claros, v. 30, n. 1, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/caminhosdahistoria/article/view/8775>. Acesso em: 15 set. 2025.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA (DGE). **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger/Tip. Commercial, 1876. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000359//recenseamento1872bras/ImperioDoBrazil1872.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

ESMOLAS Arrecadadas. **O Estado de Minas Geraes**, Ouro Preto, n. 432, p. 4, 1 jan. 1896. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305367&pesq=%22Maria%20Fiuza%20da%20Rocha%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=859>. Acesso em: 17 set. 2025.

EXTRATO do experiente. **O Estado de Minas Geraes**, Ouro Preto, n. 206, p. 2, 16 set. 1891. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=305367&pesq=%22Maria%20fiuza%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=157>. Acesso em: 17 set. 2025.

FALLECIMENTOS. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 2278, p. 3, 9 de out. 1907. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_01&pesq=%22Maria%20Fiuza%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14609. Acesso em: 17 set. 2025.

FALLECIMENTOS. **Monitor do Norte**, Diamantina, n. 38, p. 1, 29 ago. 1875. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=828394&pesq=%22Jos%C3%A9%20de%20Queiroga%22&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=103>. Acesso em: 17 set. 2025.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; MACEDO, Elenice Fontoura de Paula. A feminização do magistério em Minas Gerais (1860-1910): política, legislação e dados estatísticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004. p. 27.

FRANÇA, Aline de Souza de Souza Araújo. Imprensa de mulheres, imprensa para instruir mulheres: a atuação de Francisca Senhorinha da Motta Diniz no periódico O sexo feminino. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 891-908, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/63435>. Acesso em: 15 set. 2025.

FREIRE, Eleta de Carvalho. Mulher no magistério: uma história de embates entre espaço público e espaço privado. **Revista Lugares de Educação**, Bananeiras, v. 1, n. 2, p. 239-256, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/MULHER-NO-MAGIST%C3%89RIO%3A-UMA-HIST%C3%93RIA-DE-EMBATES-ENTRE-Freire/f3fb2cab8f799b04967259357e54f3a0cb66891b>. Acesso em: 15 set. 2025.

GOVERNO provincial. **Diário de Minas**, Ouro Preto, n. 501, p.1, 31 ago. 1875c. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=376523&pesq=%22Maria%20Jos%C3%A9%20Fiuza%20da%20Rocha%22&pasta=ano%20187&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3755>. Acesso em: 17 set. 2025.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo (org.). **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL, 1991. p. 169-178.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; ROSA, Walquíria Miranda. História da Escola Normal em Minas Gerais (1835-1906). In: PEIXOTO, Anamaria Casasanta; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Lições de Minas: 70 anos de Secretaria da Educação**. Minas Gerais: Secretaria de Estado da Educação do Estado, 2000. p. 19-31.

HAHNER, June E. Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JMnCZPDYwLMHfDMD94HfWyC/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2025.

INSTRUÇÃO Pública. **Diário de Minas**, Ouro Preto, n. 183, p. 4, 20 dez. 1873b. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=376523&pesq=%22Maria%20fiuza%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2485>. Acesso em: 17 set. 2025.

IRMANDADE dos passos. **Liberal Mineiro**, Ouro Preto, n. 16, p. 3, 24 fev. 1886a. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=248240&pesq=%22Maria%20Fiuza%20de%20Oliveira&pagfis=2805>. Acesso em: 17 set. 2025.

JÁCOME, Phellipy Pereira. Escravidão e abolicionismo na imprensa mineira do século XIX. **Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura**, Salvador, v. 19, n. 3, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/about/contact>. Acesso em: 15 set. 2025.

LAGE, Ana Cristina Pereira. Expansão, universalização e identidades das filhas de caridade de São Vicente de Paulo na segunda metade do século XIX. **Revista Brasileira de História das Religiões**, ano 4, n. 12, jan. 2012. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30269> . Acesso em: 15 set. 2025.

LE GOFF, Jacques. **São Luís**: biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LOTT, Mírian Moura. **Sob o badalar dos sinos, o ar da modernidade Ouro Preto**: população, família e sociedade (1838-1897). 2009. 466 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade e Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/79c3403f-ab2b-4adf-b6d4-2fba866fa503> . Acesso em: 15 set. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto: UNESP, 2004. p. 443-481.

MACENA, Fabiana Francisca; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Entre bailes, saraus e outras festas: protagonismo das mulheres no abolicionismo mineiro oitocentista. **Dimensões**, Vitória, ES, v. 38, p. 47-68, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/16806> . Acesso em: 15 set. 2025.

MINAS GERAIS. **Arquivo Público Mineiro**. Fundo Instrução Pública, série Correspondência Recebida, subsérie Escolas Oficiais e Particulares, notação IP1/3, caixa 20, doc. 2. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1873a.

MINAS GERAIS. **Arquivo Público Mineiro**. Fundo Instrução Pública, série Correspondência Recebida, subsérie Escolas Oficiais e Particulares, notação IP1/3, caixa 38, doc. 7. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1884 -1890.

MINAS GERAIS. **Arquivo Público Mineiro**. Fundo Instrução Pública, série Documentação interna, subsérie Atas, notação IP/63. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1872a.

MINAS GERAIS. **Arquivo Público Mineiro**. Fundo Instrução Pública, série Documentação Interna, subsérie Mapas e Listas, notação IP/22. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1849-1885.

MINAS GERAIS. **Arquivo Público Mineiro**. Fundo Instrução Pública, série Documentação Interna, subsérie Mapas e Listas, notação IP/26. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1872-1879.

MINAS GERAIS. **Arquivo Público Mineiro**. Fundo Instrução Pública, série Documentação Interna, subsérie Mapas e Listas, notação IP/123. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1877-1883.

MINAS GERAIS. **Arquivo Público Mineiro**. Fundo Instrução Pública, série Documentação interna, subsérie Mapas e Listas, notação IP/130. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1882-1883.

MINAS GERAIS. **Arquivo Público Mineiro**. Fundo Instrução Pública, série Documentação Interna, subsérie Mapas e Listas, notação IP/133. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1883 -1890.

MINAS GERAIS. **Arquivo Público Mineiro**. Fundo Secretaria do Interior, série Instrução pública, subsérie Grupos escolares, escolas particulares, ginásios e faculdades Notação SI- 872. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1891- 1910.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa Provincial. **Relatorio que á Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na sessão ordinaria de 1873 o presidente da provincia, Venancio José de Oliheira [sic] Lisboa**. Ouro Preto: Typ. de J.F. de Paula Castro, 1873b.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa Provincial. **Falla que o exm. sr. dr. Theophilo Ottoni dirigio á Assembléa Provincial de Minas Geraes, ao installar-se a 1.a sessão da 24.a legislatura em o 1.o de agosto de 1882**. Ouro Preto: Typ. de Carlos Andrade, 1882.

MINAS GERAIS. **Instrução Pública**. Lei nº 13, de 28 de março de 1835. Livro das Leis Mineiras, Arquivo Público Mineiro (APM), 1835.

MINAS GERAIS. **Instrução Pública**. Lei nº 311, de 8 de abril de 1846. Livro das Leis Mineiras, Arquivo Público Mineiro (APM), 1846.

MINAS GERAIS. **Instrução Pública**. Lei nº 1769, de 4 de abril de 1871. Livro das Leis Mineiras, Arquivo Público Mineiro (APM), 1871.

MINAS GERAIS. **Instrução Pública**. Regulamento nº 62, de 11 de abril de 1872. Livro das Leis Mineiras, Arquivo Público Mineiro (APM), 1872b.

MINAS GERAIS. **Instrução Pública**. Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883. Livro das Leis Mineiras, Arquivo Público Mineiro (APM), 1883.

NOSSA SENHORA DAS DORES, **Minas Geraes**, Ouro Preto, n. 337, p. 8, 15 dez. 1896. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=291536&pesq=%22Maria%20Fiuza%20da%20Rocha%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=11040>. Acesso em: 17 set. 2025.

NOTICIÁRIO. **Liberal Mineiro**, Ouro Preto, n. 95, p. 1, 31 dez. 1886b. Disponível em:
<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=847380&pesq=%22Maria%20Jos%C3%A9%20Fiuza%20de%20Oliveira%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=411>. Acesso em: 17 set. 2025.

OURO PRETO. **Almanack**: administrativo, mercantil, industrial, científico e literário do município de Ouro Preto. Ouro Preto: [s. n.], 1890. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/783>. Acesso em: 17 set. 2025.

OURO PRETO. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 11160, p. 7, 28 abr. 1915. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pesq=%22Maria%20Fiuza%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27393. Acesso em: 17 set. 2025.

PASCHE, Aline de Moraes Limeira; ARRUDA, Maria Aparecida. Em diversas frentes: as filhas de caridade e as suas experiências educacionais nas províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (1850-1990). **Perspectiva**, Florianópolis, v. 36, n. 4, out./dez. 2018. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-54732018000401338. Acesso em: 15 set. 2025.

PEDRUZZI, Jumara Seraphim. **A Escola Normal de Ouro Preto**: instituição e formação docente no contexto educacional mineiro do século XIX (1835-1889). 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/1018065?mode=full>. Acesso em: 15 set. 2025.

REGISTRO Civil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 336, p. 3, 2 dez. 1901. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_02&pesq=%22Maria%20Fiuza%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10347. Acesso em: 17 set. 2025.

SEM Título. **O Paiz**, Rio de Janeiro, n. 9512, p. 3, 21 out. 1910. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_04&pesq=%22Jo%C3%A3o%20Paulo%20de%20Oliveira%20Carvalho%22&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=4020.%20. Acesso em: 17 set. 2025.

SILVA, Wladimir Barbosa; BARRETO, Maria Renilda N. Mulheres e abolição: protagonismo e ação. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 14, p. 50-62, jul./out. 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/129>. Acesso em: 15 set. 2025.

TAMBARA, Elomar. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-rio grandense de instrução pública no século XIX. **História da Educação**, Pelotas, n. 3, p. 35-58, abr. 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30720>. Acesso em: 15 set. 2025.

TANURI, Leonor. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLqS/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2025.

TEIXEIRA, Vanessa Cerqueira. **A quebra dos grilhões**: devoção mercedária e criouliização em Minas Gerais (1740-1840). 2021. 594 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/items/5861be20-6eae-4e1f-a943-b29d7a763f01> . Acesso em: 15 set. 2025.

VARIEDADES. **A Província de Minas**, Ouro Preto, n. 312, p. 03, 4 mar.1886.

Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=222747&pesq=%22Mariana%20Fiuza%20de%20Oliveira%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=507>. Acesso em: 17 set. 2025.

VIANNA, Cláudia. Contribuições do conceito de gênero para a análise de feminização do magistério no Brasil. *In*: Maria Christina Siqueira de Souza Campos; Vera Lúcia Gaspar da Silva (org.). **A feminização do magistério**: vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. p. 39-67.

VIDAL, Diana Gonçalves; CARVALHO, Marília Pinto de. Mulheres e magistério primário: tensões, ambiguidades e deslocamentos. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, maria Lucia Spedo (org.). **Brasil 500 anos**: tópicos em História da Educação. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 205-224.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. A primeira Escola Normal do Brasil. *In*: NUNES, Clarice. **O Passado Sempre Presente**. São Paulo: Cortez, 1992. p. 17-42.

Recebido em agosto 2025 | Aprovado em dezembro 2025

MINI BIOGRAFIA

Jumara Seraphim Pedruzzi

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Assistente do Departamento de Educação do Campo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

E-mail: jumarapedruzzi@gmail.com